

# PRELIMINARES DE UM ESTUDO LINGÜÍSTICO E HISTÓRICO DA TOPONÍMIA BAIANA O CASO DA REGIÃO ECONÔMICA OESTE<sup>1</sup>

*Ricardo Tupiniquim Ramos (UNEB)*

## RESUMO

Neste trabalho, tratamos dos aspectos metodológicos e expomos parte da fundamentação de pesquisa de natureza lingüística e histórica atualmente em curso no Programa de Pós-graduação em Letras e Lingüística da UFBA, acerca da toponímia municipal baiana. São apresentados dados preliminares relativos aos municípios da região oeste do Estado da Bahia.

Palavras-chave: Lingüística; História; Toponímia.

Este é um estudo-piloto referente a um Projeto de Pesquisa mais amplo, atualmente em execução no Programa de Pós-graduação em Letras e Lingüística da Universidade Federal da Bahia, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Suzana Alice Cardoso acerca da toponímia municipal baiana, do qual resultará nossa Tese de Doutorado a ser defendida até o final de 2007. Este estudo surgiu da necessidade de testar a metodologia de investigação e análise de dados, com vistas a corrigir eventuais problemas antes da abordagem ao *corpus* completo.

Atualmente, o Estado da Bahia é dividido em 15 regiões econômicas, criadas a partir de elementos comuns do perfil econômico de municípios geograficamente próximos. A finalidade de tal divisão é servir de base para o planejamento estratégico de ações governamentais de fomento às atividades produtivas.

Entre essas várias regiões, destaca-se o Oeste como a quarta em arrecadação de ICMS, dada a pujança de suas atividades nos setores componentes do chamado agronegócio. No setor primário, destaca-se a agricultura irrigada de grãos e pecuária extensiva, sobretudo bovina; no secundário, o beneficiamento dos produtos primários;

---

<sup>1</sup> Texto resultante de trabalho apresentado no VIII CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA (I Congresso Internacional de Estudos Filológicos e Lingüísticos), promovido pelo Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos no Instituto de Letras da UERJ, em agosto de 2004.

no terciário, o comércio e distribuição da produção nos mercados interno e externo.

Politicamente, ela comporta duas regiões administrativas e é composta de 23 municípios<sup>2</sup>. Neste estudo, procederemos o estudo da nomenclatura dessas municipalidades, considerando-a inicialmente a partir de seus aspectos sincrônicos para, em seguida, abordá-la do ponto-de-vista diacrônico, verificando a série de nomes que se sucederam, numa determinada localidade, de seu surgimento até sua constituição como município e daí até a atualidade.

Para tanto, é necessário apresentar um breve percurso histórico sobre sua formação territorial com vistas a fornecer dados relevantes para a interpretação do fenômeno lingüístico em foco.

## FORMAÇÃO TERRITORIAL DO OESTE DA BAHIA

Em 1530, quando D. João III dividiu o Brasil em capitanias e ofereceu Pernambuco ao fidalgo Duarte Coelho Pereira, este enviou emissários para fazerem o reconhecimento do campo, que voltaram com informações de que a faixa de terras a ele destinada era seca mas, seguindo o ângulo formado pelo Rio São Francisco, havia uma região extremamente fértil e favorável à agricultura. Assim, o fidalgo exigiu que essa promissora faixa de terras integrasse sua capitania, como condição para aceitar a doação.

Aceita a condição e uma vez donatário, um dos primeiros atos de Pereira foi ordenar a construção de barcos acima da Cachoeira de Paulo Afonso para empreender, entre 1540 e 1550, uma expedição de subida do Rio São Francisco a fim de avaliar as potencialidades

---

<sup>2</sup> Eis a relação de municípios com suas respectivas datas de criação: Angical (5 de julho de 1890), Baianópolis (30 de julho de 1961), Barreiras (6 de abril de 1891), Canápolis (19 de julho de 1962), Catolândia (27 de julho de 1962), Cocos (14 de agosto de 1958), Coribe (14 de agosto de 1958), Correntina (15 de maio de 1866), Cotegipe (31 de maio de 1933), Cristópolis (19 de julho de 1962), Formosa do Rio Preto (21 de dezembro de 1961), Jaborandi (12 de maio de 1986), Luis Eduardo Magalhães (30 de março de 2000), Mansidão (26 de fevereiro de 1985), Riachão das Neves (19 de julho de 1962), Santa Maria da Vitória (8 de junho de 1880), Santana (26 de agosto de 1890), Santa Rita de Cássia (26 de março de 1840), São Desidério (22 de maio de 1962), São Félix do Coribe (14 de maio de 1989), Serra Dourada (12 de abril de 1962), Tabocas do Brejo Velho (23 de abril de 1962), Wanderley (26 de fevereiro de 1985).

do seu vale. Ao longo dessa empresa, vários sítios naturais foram descobertos e considerados de fato relevantes para a colonização.

Quando os holandeses dominaram Pernambuco, o Conde Maurício de Nassau enviou colonizadores de sua nacionalidade para o Vale do São Francisco porque o considerava um verdadeiro celeiro. Segundo Almeida (1999), “sua presença em nossa região evidenciava-se no tipo físico que predomina na área de Aricobé, município de Angical, e na zona rural de Catolândia e Cotegipe: pessoas de feições finas, olhos azuis e cabelos louros, bem diversos dos descendentes de portugueses, índios e negros”. Será?

Sendo Salvador mais próxima da margem esquerda do São Francisco que o eixo Olinda/Recife, foram os baianos que, em constantes combates com os índios, foram se apossando das terras da região, aí estabelecendo núcleos de criação de gado bovino, agricultura de vários produtos de subsistência e de cana-de-açúcar. Enfrentando perigos e dificuldades, desbravaram novas terras, implantando às margens férteis dos rios uma civilização agrário-pastoril, em que também se praticava a mineração, nos locais onde existiam riquezas dessa natureza.

Como necessitassem de proteção contra o ataque de índios e da presença de instituições do governo colonial que legitimassem seus atos, ao longo de 20 anos, os colonizadores enviaram ao rei português, D. Pedro II, pedidos de autorização para a instalação de povoados na região, finalmente concedidos pela Carta de Évora, dirigida em 2 de dezembro de 1698 ao 32º Governador Geral do Brasil, D. João de Lancastre, que implanta os primeiros núcleos oficiais de colonização lusitana na região, os povoados de:

- Campo Largo<sup>3</sup> – atual Taguá, situado à margem esquerda do Rio Grande, a 80 Km abaixo de onde surgiria Barreiras;

---

<sup>3</sup> Campo Largo foi fundado em fazenda adquirida em carta de sesmaria ao donatário pernambucano pelo coronel José Lopes Coutinho do Bonfim. O povoado serviu de base para a irradiação do processo civilizatório por toda a área, vindo a constituir-se em município por um Alvará Régio de 3 de julho de 1820, englobando toda a atual região Oeste da Bahia, exceto os territórios do antigo arraial de Santa Rita – núcleo humano coetâneo ao de Campo Largo –, e dos que surgiram a partir dele.

- Santa Rita – atual Santa Rita de Cássia, à margem esquerda do Rio Preto; e

- Parnaguá – atualmente no Estado do Piauí, junto à lagoa do mesmo nome;

e a Vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande. Como estratégia de defesa, esses núcleos foram geograficamente dispostos num perímetro quadrangular.

As boiadas e tropas com os produtos agrícolas do Maranhão, do Piauí e de Goiás faziam seu caminho até as localidades às margens do Rio Preto (afluente do São Francisco), seguindo para a Barra. Pelos mesmos rios escoavam as riquezas brotadas às suas margens, sendo aos poucos abertas as primitivas estradas, por onde as boiadas e as tropas de burros carregadas de mantimentos chegavam aos mercados consumidores na Chapada Diamantina ou em Feira de Santana.

Além disso, subiam o curso do São Francisco, dirigindo-se à região das Minas Gerais, fomentando o surgimento e desenvolvimento de diversos núcleos humanos na atual região econômica do Baixo-Médio São Francisco. Para Minas, a região exportava o sal produzido na Barra e em Cotegipe, assim como as boiadas e vários gêneros empregados na alimentação da população ocupada da empresa colonial mineradora.

Em 1810, a pedido dos pernambucanos, D. João VI criou na região a Comarca do Sertão de Pernambuco, posteriormente Comarca do Rio São Francisco, com sede na Barra e extensão até a fronteira com a Capitania de Minas Gerais. Devido às revoltas de 28 de maio de 1817, que pretendiam separar Pernambuco do resto do país, a Comarca foi anexada a Minas que, por dificuldades em administrá-la, logo devolveu-a à sua origem.

Em 1824, os pernambucanos fizeram uma nova revolução para separar-se do Brasil e implantar um novo país chamado Confederação do Equador. Como forma de retaliação à província rebelde, uma vez sufocada a sublevação, D. Pedro I reanexou a Comarca de São Francisco a Minas Gerais, mas dada a dificuldade de a administração mineira chegar à região, incorporou-a à Bahia por um decreto de 15 de outubro de 1827.

Como Pernambuco não se conformasse com a perda de tão importante território, surgiu uma complicada questão política entre as duas províncias, que se arrastou ao longo de todo o governo imperial. Assim, por exemplo, durante o Segundo Reinado, o deputado pernambucano Luís Cavalcanti apresentou o projeto de criação da Província do Rio São Francisco, com capital na Barra, alegando que a distância entre as capitais da Bahia e de Pernambuco inviabilizava uma boa administração da região. Com a oposição de deputados das duas províncias e a fortíssima resistência do Barão de Cotegipe, latifundiário da região e Primeiro-Ministro de D. Pedro II, esse projeto foi rejeitado, bem como outro, congênere, do político baiano Fernandes da Cunha.

Ao longo de boa parte do século XX, o território baiano da margem direita do São Francisco até a fronteira com Minas Gerais (ao sul), Goiás (a oeste) e Piauí (ao norte) – conhecido como o Além-São Francisco, denominação que mostrava uma separação, uma exclusão da região do foco de interesses do Estado da Bahia – foi constantemente reivindicado por pelos Estados vizinhos<sup>4</sup>. Além disso, parcela da população passou a sonhar com a criação de um novo Estado, o do São Francisco, com capital em Barreiras<sup>5</sup>. Diante dessas aspirações populares, surgiu a necessidade de a Bahia integrar a região às suas políticas; daí a constituição, no final na década de 1980, da Região Econômica Oeste, cujos nomes de municípios são objeto deste estudo.

## CATEGORIAS TOPONÍMICAS

A partir da listagem já apresentada, percebemos a distribuição dos topônimos municipais do Oeste da Bahia dentro das seguintes taxas:

**Quadro 1: Categorização dos Topônimos Municipais da Região Oeste da Bahia**

categorias	referências:	quan-	%
------------	--------------	-------	---

<sup>4</sup> Exemplo disso é que na Assembleia Constituinte de 1988 Pernambuco, Minas Gerais e Goiás apresentaram projetos visando à anexação da área.

<sup>5</sup> Também durante a Assembleia Constituinte de 1988, o cidadão barreirense Marlan Rocha enviou a um deputado por Roraima um projeto nesse sentido que, apresentado, não foi aceito.

	<b>nomes de</b>	<b>tidade</b>	
hagiotopônimos	santos (do hagiológico romano ou não)	6	26,08
fitotopônimos	plantas	5	21,74
antropotopônimos	pessoas (com títulos ou não)	3	13,04
hidrotopônimos	rios e cursos d'água	3	13,04
geomorfotopônimos	acidentes de relevo	2	8,70
animotopônimos	estados de alma	1	4,34
corotopônimos	outros topônimos	1	4,34
etnotopônimos	nomes étnicos e adjetivos pátrios	1	4,34
zootopônimos	animais	1	4,34

Como demonstra o quadro, a maioria dos topônimos do oeste baiano se compõe de hagiotopônimos, ou seja, nomes devocionais, que, segundo Aguilera e Bergantin (2002, p. 156), “seguem uma tradição européia, no caso, portuguesa, de ‘doar’ ao santo de devoção a nova localidade”. Entre esses, há um hagiotopônimo aparente (São Desidério), na medida que não se refere a um santo do hagiológico romano, mas ao pioneiro da localidade; todos os demais são autênticos, têm inspiração verdadeiramente religiosa e indicam quase sempre o padroeiro do município.

Desses, um refere-se a santo; dois, a santas (Ana e Rita de Cássia), um, a Jesus Cristo e dois, a Nossa Senhora – figura destacável no hagiológico romano, hoje considerada a face feminina de Deus pelos cristãos católicos.

Entre os fitotopônimos, segunda categoria mais incidente, dois fazem referência a culturas da região (Canápolis e Cocos) e os demais, à vegetação nativa, tomada individualmente (Jaborandi), coletivamente (Angical) ou ainda em conjunto com um acidente natural (Tabocas do Brejo Velho).

Os hidrotopônimos e os antropotopônimos constituem as terceiras maiores categorias, compostas de três nomes cada.

Entre aqueles, dois têm procedência Tupi (Coribe e Cotegipe) e um, portuguesa (Riachão das Neves). Ainda sobre esse grupo de nomes, deve-se explicar a exclusão de Correntina de seu interior: embora aponte para um curso d'água, em verdade, essa forma é o diminutivo de Corrente, rio da região, sendo, portanto, uma referência a topônimo anterior, já existente (corotopônimo), não a um curso d'água qualquer.

Dos antropotopônimos, dois homenageiam figuras relacionadas à história da região, sendo um o pioneiro do próprio município (Catolândia, “terra de Catão”) e o outro, o ilustre Barão de Cotegipe, latifundiário e Primeiro-ministro de D. Pedro II, cujo prenome nomeia uma localidade (Wanderley). O terceiro antropotopônimo é muito recente: foi introduzido em 1998, quando da morte de um célebre deputado (Luís Eduardo Magalhães), numa homenagem muito maior a seu pai que a si mesmo.

Os geomorfotopônimos são a quarta categoria, composta de dois nomes: um deles é uma referência direta à característica do relevo do município (Serra Dourada), acrescida de elemento valorativo; o outro descreve o efeito das serras que cercam a localidade, que criavam, no início da formação desse sítio humano, verdadeiras barreiras para a penetração dos pioneiros por via fluvial (Barreiras).

Quatro classes toponímicas têm a mesma incidência mínima (apenas uma ocorrência) na nomenclatura municipal do Oeste da Bahia:

- animotopônimo – Formosa do Rio Preto, uma referência à beleza da fazenda de dentro da qual surgiu o povoado que originou o município;
- corotopônimo – Correntina, já referido;
- etnotopônimo – Baianópolis; e
- zootopônimo – Mansidão, embora pareça uma referência a estado de espírito, na verdade é uma homenagem a um boi homônimo que habitava a fazenda que originou o município.

## PROCEDÊNCIA E CONSTITUIÇÃO MÓRFICA DAS FORMAS

Considerando apenas os processos de formação dos topônimos e sua categorização, chega-se ao seguinte quadro:

### **Quadro 2: Topônimos da Região Oeste da Bahia: processos de formação X categorização**

<b>Categorias</b>	<b>formas simples</b>	<b>sufixação</b>	<b>justa- posição</b>	<b>aglutinação</b>	<b>nome + adj</b>	<b>nome + SP</b>	<b>hibridismo</b>
animotopônimos	-	-	-	-	-	1	-
antropotopônimos	1	-	1	-	-	-	1
corotopônimos	-	1	-	-	-	-	-
etnotopônimos	-	-	-	-	-	-	1
fitotopônimos	1	2	-	-	-	-	2
geomorfotopônimos	-	1	-	-	1	-	-
hagiotopônimos	-	-	1	1	-	2	2
hidrotopônimos	-	-	-	2	-	1	-
zootopônimos	-	1	-	-	-	-	-

Em relação à procedência desses topônimos, pode-se observar a presença de: 14 formas portuguesas (60,87%); 3 formas Tupi (13,04%); 2 formas híbridas dessas duas matizes (8,6%); e de 4 formas híbridas em que predomina o constituinte luso (de origem latina) na significação geral do termo (17,4%).

Entre essas últimas, o processo morfológico predominante é a composição justapositiva. Observa-se a presença do lexema grego *polis* (“cidade”) em três: um etnotopônimo (Baiánópolis, “cidade dos baianos”), um fitotopônimo relativo à cultura local (Canápolis, “cidade da cana”) e um hagiotopônimo (Cristópolis, “cidade de Cristo). Além disso, há nesse grupo um topônimo composto do lexema inglês *land* (“terra”) acrescido à raiz latina do nome do pioneiro da localidade (Catolândia, “terra de Catão). Curiosamente, esse grupo de lexias híbridas de bases lusa e grega ou inglesa nomeia municípios surgidos numa mesma época (1962), o que pode sugerir uma tendência.

No grupo de formas portuguesas, encontram-se:

- a) um nome simples (um só lexema): Wanderley;
- b) 5 nomes simples, constituídos por derivação sufixal: Angical, Barreiras, Cocos, Correntina, Mansidão;
- c) 2 nomes compostos por justaposição: Luís Eduardo Magalhães, São Desidério;
- d) um nome composto por aglutinação: Santana;



e) um nome complexo ou sintagmático, constituído de forma simples seguido de modificador adjetival: Serra Dourada;

f) 4 nomes complexos ou sintagmáticos, constituídos de forma composta seguido de sintagma preposicionado: Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia.

Dos nomes de origem Tupi, o fitotopônimo é uma forma simples (Jaborandi, “nome comum a diversas plantas das famílias das piperáceas e das ritáceas”, cf. Cunha 1997) e os hidrotopônimos são compostos por aglutinação (Coribe < Tp. *kuri*, “barro vermelho” + *y*, “rio”, + *pe*, “em”; donde: “no rio do barro vermelho”; Cotegipe < Tp. *akutîa*, “cotia” + *y*, “rio”, + *pe*, “em”; donde: “no rio da cotia”).

Entre os hibridismos de origem luso-tupínica, há um hagiotopônimo (São Félix do Coribe), e um fitotopônimo (Tabocas do Brejo Velho). Neste, o primeiro elemento é de origem Tupi; naquele, o segundo. Ambos são lexias sintagmáticas compostas de bases compostas seguidas de sintagma preposicional.

Cruzando todas essas informações com as relativas às categorias toponímicas, chega-se ao quadro-resumo constante na próxima página.

**(Continua no próximo número)**